

**PAUTA DE JULGAMENTO**

~~O Secretário Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará comunica aos interessados, que os processos da Sessão Plenária Ordinária do Tribunal Pleno que iriam ser apreciados no dia 01/03/2018, às 9 horas, serão transferidos para o dia 06/03/2018, às 9 horas.~~

~~Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 26/02/2018.~~

~~JORGE ANTONIO CAJANGO PEREIRA~~

~~Secretário Geral~~

Protocolo: 12439

PUBLICAÇÃO - DESPACHO

Processo nº 201801026-00

Órgão: Prefeitura Municipal de Breves

Assunto: Consulta

Responsável: MAÍLA MACHADO COSTA – Secretária Municipal de Administração

JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

Tratam os autos de consulta subscrita por Maíla Machado da Costa, Secretária de Administração da Prefeitura Municipal de Breves, por meio da qual faz diversas indagações a respeito de situações referentes a gestão de pessoas daquela municipalidade, constante do Ofício nº 0115/2018/SEAD (fls. 01/02).

Preliminarmente, destaco que para uma consulta ser admitida neste Tribunal, devem ser observados os requisitos constantes do Art. 298, do Regimento Interno atualizado pelo ato nº 19, de 2017, que abaixo transcrevo: “Art. 298. O Tribunal responderá sobre matéria de sua competência às consultas que lhe forem formuladas, conforme o disposto no Art. 1º, XVI, da Lei Complementar nº 084, devendo atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

I – ser formulada por autoridade legítima;

II – ser formulada em tese;

III – conter a apresentação objetiva dos quesitos, com indicação precisa da dúvida quanto à interpretação e aplicação de dispositivos legais e regulamentares;

IV – versar sobre matéria de competência do Tribunal de Contas.”

Analisados os critérios de admissibilidade da presente consulta, observa-se a legitimidade da consulente, entretanto, com fulcro no citado artigo, verifico, na forma estabelecida neste Regimento Interno, a inobservância dos requisitos legais estabelecidos nos Incisos II e III, do citado Artigo 298, por estarem apresentados em caso concreto, devendo ser questionados em abstrato.

Cabe informar que é dever da Procuradoria e/ou Assessoria Jurídica do município sanar as dúvidas relativas aos aspectos internos da gestão municipal.

Desta feita, em razão dos fatos apontados, considero INADMITIDA a consulta realizada a respeito de diversos pontos relativos à gestão da municipalidade, e determino, conforme o disposto no Art. 300, §3º, do Regimento Interno – Ato nº 19 o seu arquivamento e comunicação ao interessado.

Belém, 23 de Fevereiro de 2018

Sérgio Franco Dantas

Conselheiro Substituto / TCM-PA

DECISÃO MONOCRÁTICA

~~Processo nº 201801994-00~~

~~Órgão: Prefeitura Municipal de Curionópolis~~

~~Assunto: Prestação de Contas de Licitações – Mural de Licitações – Portal dos Jurisdicionados.~~

~~Responsável: Adonei Sousa Aguiar~~

~~Exercício: 2017~~

~~Trata o presente autos sobre Concorrência Pública para Registro de Preços em Ata, nº 003/2017 002/SEINF, que tem por objeto futura e eventual contratação de serviços de conservação de pavimentos vários, incluindo “Tapa Buracos”, para a Prefeitura Municipal de Curionópolis, no valor estimado da ordem de R\$ 8.850.408,40 (oito milhões, oitocentos e cinquenta mil, quatrocentos e oito reais e quarenta centavos), regime Empreitada Global, firmado com a empresa HB20 Construções Ltda.~~

~~Às fls. 03/05, A 6ª Controladoria, emitiu o Parecer nº 066/2018 o qual reproduziu na sua essência:~~

~~“Esta Controladoria, no exercício do controle prévio de legalidade e adequação, efetivou, em sede de fiscalização, análise da documentação inserida no Mural de Licitações, nos termos do Art. 141, do RITCM/PA (Ato nº 19), onde se manifesta sobre a apresentação da respectiva prestação de contas:~~